

FOI O QUE DAVA PARA FAZER NA EPOCA, NE?: MEMÓRIAS DE CHUMBO NA MODERNIZAÇÃO DA AMAZÔNIA*

THAT'S WHAT WE COULD DO AT THE TIME, RIGHT?:
MEMORIES OF LEAD IN THE MODERNIZATION OF THE
AMAZON



Tiago Fonseca dos Santos¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir memórias de Francisco Loebens na Amazônia no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). A proposta justifica-se pela necessidade de reduzir as lacunas existentes para a percepção dos desdobramentos dos planos governamentais ufanistas para o território complexo e ocupado milenarmente por povos indígenas. Como resultados parciais pode-se indicar os intensos conflitos entre os missionários e a Funai e demais instituições governamentais, a importância da organização do movimento indígena por parte dos indigenistas, bem como a amplificação de suas lutas na imprensa nacional e internacional em um momento marcado pela proibição da livre organização, da repressão e da censura.

Palavras-chave: Memória; Indigenismo; Movimento Indígena; Amazônia; Ditadura Militar.

Abstract

This article aims to discuss Francisco Loebens memories in Amazon in the period of Brazilian Military Dictatorship (1964-1985). The proposal is justified by the need to reduce existing gaps in understanding the consequences of government plans for the complex territory occupied for thousands of years by indigenous peoples. As partial results, we can indicate the intense conflicts between missionaries and Funai and other government institutions, the importance of organizing the indigenous movement by indigenists, as well as the amplification of their struggles in the national and international press at a time marked by prohibition of free organization, repression and censorship.

Keywords: Memory; Indigenism; Indigenous Movement; Amazon; Military Dictatorship.

*A expressão foi utilizada pelo colaborador na entrevista.

¹ Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas - PPGH/UFAM (2024). Professor no Centro de Estudos Superiores de Tefé - Universidade do Estado do Amazonas - CEST/UEA. E-mail: tfsantos@uea.edu.br.



Considerações iniciais

Ao longo dos últimos anos, surgiram novas pesquisas sobre a ditadura militar (1964-1985) no Brasil em geral e, na Amazônia, em particular. Outros documentos foram desclassificados, organizaram-se e digitalizaram-se acervos; e, ainda, outros foram publicizados na *internet* contribuindo sobremaneira para a ampliação das pesquisas com esta temática.² Além disso, pesquisadores buscaram registrar as memórias de participantes de diferentes instituições no período, inclusive, entrevistando atores da resistência ao regime. Como destacaram Alessandro Portelli (1997) e Regina Beatriz Guimarães Neto (2024) a História Oral pode dar uma importante contribuição para a compreensão de diferentes dimensões de um fenômeno histórico,³ a partir da análise das narrativas de grupos sociais política e historicamente marginalizados e, possivelmente, relegados ao esquecimento.⁴

Neste contexto, o presente texto tem por objetivo discutir memórias de uma das lideranças do movimento missionário da Igreja Católica na região da Amazônia com atuação durante a ditadura militar no país. Francisco Loebens atua no Conselho Indigenista Missionário desde 1978, tendo sido coordenador do CIMI Norte I. Graduou-se em História pela Universidade Federal do Amazonas. É também pesquisador de povos isolados e publicou textos e livros nesta área. A análise de conjuntura empreendida pelo mesmo permite inferir a complexidade dos processos de construção do território na Amazônia, bem como esclarecem em relação à atualidade dos fenômenos estudados, além de evidenciar um horizonte desfavorável à manutenção dos direitos dos indígenas e à preservação do meio ambiente. A colonização da região, os grandes empreendimentos, a grilagem de terras, o garimpo, a exploração de madeira, a mineração e a ocupação e a não demarcação de terras indígenas persistem.

Tem como recorte temporal o período de 1972 a 1985, desde o momento da fundação e organização do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), instituição ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao

² A revista *Acervo*, do Arquivo Nacional, já dedicou três edições ao tema: Cf. V. 21, n. 2 (jul./dez. 2008); V. 27, n. 1 (jan./juj. 2014); e, V. 37, n. 3 (set./dez. 2024).

³ PORTELLI, A.; JANINE RIBEIRO, T. M. T.; RIBEIRO FENELÓN, R. T. D. O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 14, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>.

⁴ GUIMARÃES NETO, R. B. História Oral e testemunhos – interpelar a contemporaneidade. **História Oral**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 92–107, 2024. DOI: 10.51880/ho.v27i2.1511. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1511>. Acesso em: 20 maio. 2025.



processo de redemocratização formal. Considerando a abrangência do tema, adota-se como recorte espacial o espaço de atuação do CIMI Norte I – núcleo regional do CIMI com atuação nos estados do Amazonas e do (à época) Território Federal de Roraima. A década de 1970 pode ser considerada um marco na luta e resistência indígenas. Para Egon Heck, Francisco Loebens e Priscila Carvalho, os indígenas, apoiados pela Igreja, através do Conselho Indigenista Missionário, “[...] começaram a encontrar-se e a discutir seus problemas em grandes assembleias indígenas. Ocupando espaços nos meios de comunicação, denunciaram o projeto oficial de extermínio de uma Ditadura Militar que propunha o fim dos índios até o ano de 1998”.⁵

A problemática justifica-se pela ainda incipiente construção histórica referente ao regime militar na região da Amazônia.⁶ Além disso, persistem lacunas acerca das memórias dos agentes históricos do período, uma vez que a maioria dos trabalhos lançaram mão de documentação escrita, majoritariamente da imprensa e de documentos oficiais. Ou seja, ainda existe um vasto terreno à investigação quando se trata de uma mirada popular ou institucional da colonização da Amazônia ao considerar a utilização de documentos orais, dentre eles entrevistas, relatos e memórias concernentes aos conflitos decorrentes da instalação de empreendimentos e da estrutura logística implantada pelo Estado brasileiro consorciado com empresas nacionais e estrangeiras.

A partir do exposto, o artigo apresenta três grandes blocos. O primeiro busca relacionar o referencial teórico concernente ao tema; o segundo traz elementos da metodologia; já o terceiro, traz as fontes orais coletadas a partir de

⁵ HECK, E., LOEBENS, F., & CARVALHO, P. D. (2005). Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estudos Avançados*, 19(53), 237-255, p. 240. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10057>

⁶ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas*. Revista *Mundos do Trabalho*. v. 8, p. 49-65, 2016 ; *Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964* In: *Utopia e Repressão: 1968 no Brasil*. 1 ed., Salvador: Editora Sagga, 2018; *O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho*. *Antíteses*, Londrina, v. 11, n. 22, p. 542-562, jan-jul. 2019; *A Casa do Trabalhador do Amazonas: o quartel general dos trabalhadores da terra cabocla (1944-1964)*. In: SPERANZA, Clarice. *História do Trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas*. Jundiá: Paco Editorial, 2019b. *Papagaio que está trocando as penas não fala*: Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do Golpe de 1964. *História – UNISINOS*. v. 23, n. 1 (2019c): Janeiro/Abril; *“Amazônia em Armas”*: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. *Revista Labirinto*. v. 31, 2020.



entrevistas com a liderança mencionada. O colaborador destacou-se na atuação missionária junto ao CIMI Norte I, bem como na organização do movimento indígena na Amazônia. Por este fato, pode ser considerado uma testemunha, de grande importância para a compreensão do fenômeno estudado, dada a sua participação ativa no movimento indigenista e na resistência à ditadura militar. Avalia-se estas memórias elementos fundamentais para a compreensão da Amazônia durante o período de implantação de grandes empreendimentos na região por empresas privadas com apoio do Estado brasileiro sob a retórica da Integração Nacional e a modernização da região norte. Para tanto, conta com subsídios provenientes de pesquisa qualitativa de natureza documental, acionando a metodologia da História Oral para a leitura das fontes produzidas por meio das entrevistas.

História oral, memória e ditadura

Nos últimos anos, com a difusão e consolidação da História Oral como metodologia de pesquisa, novos sujeitos históricos contribuíram para a construção do conhecimento histórico, a partir de testemunhos/entrevistas. Ao mesmo tempo, a bibliografia deste campo do conhecimento aprofundou o debate e trabalhou as questões referentes à subjetividade, à memória e à dimensão heurística da oralidade, incorporando esta subjetividade como parte do documento, tomando o relato como uma mirada singular dos fenômenos históricos. O documento escrito, e até mesmo o documento oficial, não deixa de ser um recorte, ou mesmo seleção. O trabalho analítico com diferentes tipologias documentais exige do historiador apreciação crítica do conteúdo e do contexto, a fim de não reproduzir o efeito de verdade do documento.

Apesar de um pouco extenso, o fragmento abaixo é bastante ilustrativo. Para Verena Alberti:

A entrevista adquiriu estatuto de *documento*, mas isso não quer dizer que a história oral tenha se ajustado aos ditames da história “positivista”. Ao contrário: trata-se de tomar a entrevista produzida como documento, sim, mas deslocando o objeto documentado: não mais o passado “tal como efetivamente ocorreu”, e sim as formas como foi e é apreendido e interpretado. A entrevista de história oral – seu registro gravado e transcrito – documenta uma versão do passado. Isso pressupõe que essa versão e comparação entre diferentes versões tenham passado a ser relevantes para estudos da área



das ciências humanas. Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade a partir do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações⁷

O critério de legitimidade dos documentos escritos, dos documentos oficiais e da memória, de longa data, se tornou ponto pacífico no campo da história e da memória. Em relação à História Oral, deu-se o amadurecimento da questão, com a construção do seu estatuto e da elaboração da problemática da subjetividade em relação à suposta contradição com a objetividade da ciência. Com base na argumentação do sociólogo Michael Pollak:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e a fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta⁸

Em função de o documento oral ser elaborado pelo historiador *a posteriori* a partir de processos de constituição de memórias, as discussões da HO necessariamente relacionam-se com as sobre memória. Para Pollak, “[...] a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional”.⁹ História e memória têm especial imbricação. A seleção ideológica das memórias pode incorrer em narrativa histórica enviesada. Michael Pollak destacou serem as memórias formadoras da identidade e um fruto de disputas

⁷ ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, p. 19.

⁸ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, p. 200-212, 1992, p. 207.

⁹ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.º 3, p. 3-15, 1989, p. 04.



políticas pelo controle das narrativas históricas por parte das diferentes instituições e dos grupos aglutinadores de sujeitos com interesses diversos.

Ainda em relação ao trabalho com a oralidade, o mesmo pode demonstrar a forma da elaboração da memória como um processo de contínua negociação. A memória é, desta maneira, resultado de um trabalho de organização e de seleção do importante para o pertencimento e o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência em relação ao meio social – isto é, de identidade.¹⁰ Além disto, ao abordar a dimensão política e os usos das representações e das memórias deve-se considerar o “[...] estudo das visões de mundo de determinados grupos sociais na construção de respostas para os seus problemas, essas novas linhas de pesquisa também possibilitam que as entrevistas orais sejam vistas como memórias que espelham determinadas representações”.¹¹

Outra perspectiva importante é o cuidado com trabalho de eventos traumáticos. A memória de eventos traumáticos é uma dimensão sensível da construção do conhecimento a partir de trajetórias individuais/coletivas. No caso da História do Tempo Presente, se trata de uma imbricação constituinte.¹² Em relação aos pontos sensíveis da trajetória da pessoa, as suas memórias e representações de um determinado evento, o trabalho com estes aspectos exige do historiador um severo posicionamento ético, tendo em vista o zelo pelas emoções dos colaboradores da pesquisa.

Em *A Ditadura Militar contada através das memórias*, Carmem Beatriz Pereira Leal trabalhou com as memórias de professores de História em atividade durante o período da ditadura militar. Estruturou o seu trabalho em quatro perguntas, com o objetivo de identificar como eram desenvolvidos os conteúdos; quais os receios e os temores vividos no desempenho da profissão em um cenário adverso; explorou as contradições e conflitos da atuação em um país mergulhado em uma realidade de opressão e de outro lado, o compromisso de cumprir os programas de ensino.

Maria Paula Araujo para o artigo *Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil* percorreu a região sudeste do país em busca de depoimentos de pessoas direta e indiretamente atuaram nos movimentos sociais

¹⁰ ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, p. 155-202, 2008.

¹¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. *Topoi*, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002, p. 324. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X003006013>

¹² FICO, Carlos. *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro*. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, 2012.



ou instituições de direitos humanos e foram perseguidas pela ditadura, pessoas anistiadas ou em processo de solicitação de benefício e os familiares de mortos e desaparecidos, a fim de construir uma ampla compreensão da Anistia no país.

Em *Entre raízes e radares, o exílio brasileiro* (1964-1979), Denise Rollemberg abordou temas sensíveis acerca do exílio. Em um texto denso, repleto de depoimentos, a autora identificou o fato de as memórias do exílio estarem marcadas pelo estranhamento, desenraizamento, sofrimento, perdas, luto, dor, confusão, loucura, morte; e, ao mesmo tempo, de descobertas, aprendizado, enriquecimento, redefinições, amplitudes, nascimentos, resistência e vida.

Especificamente em relação à Amazônia, deve-se levar em consideração a complexidade da expansão da fronteira da colonização a partir dos anos 1960, com a interiorização de diferentes atividades econômicas. A colonização e a “modernização” estiveram ancoradas em projetos sem contemplar as especificidades da região, ocasionando diversos conflitos com as comunidades historicamente assentadas nos territórios, fossem elas indígenas, ribeirinhas, extrativistas, remanescentes quilombolas, entre outras. Tal dinâmica mudou radicalmente o perfil de regiões inteiras, transformando áreas consideradas remotas em novos centros da espacialização capitalista a partir do centro-oeste brasileiro. Ao longo de mais de 50 anos, os desdobramentos ambientais podem ser vistos em imagens de satélite naquela região conhecida como *arco do desmatamento* ou *arco do fogo*.

No seminal artigo *Amazônia indígena: conquistas e desafios* (2005), Egon Heck, Francisco Loebens e Priscila Carvalho indicam:

A partir da década de 1970, acelerou-se o processo de penetração do sistema capitalista na região amazônica, estimulado e apoiado pelos projetos desenvolvimentistas dos diversos países da bacia. O Brasil inseriu-se neste contexto de forma marcante, através de seu “projeto de integração nacional”, de colonização, construção de estradas, hidrelétricas, pelotões militares e pistas de pouso¹³

¹³ HECK, E., LOEBENS, F., & CARVALHO, P. D. (2005). *Amazônia indígena: conquistas e desafios*. *Estudos Avançados*, 19(53), 237-255, p. 251. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10057>



Em se tratando da colonização, a questão fundiária, é central; por isso, orientou as preocupações do incipiente movimento indigenista e indígena, de diferentes organizações da sociedade civil atuantes naquela época. A proposta do projeto de desenvolvimento governamental, orientada pelo discurso de integração nacional, criou um regime de grande burocracia estatal, para sustentar um novo ciclo de desenvolvimento econômico, violando direitos dos povos tradicionais.¹⁴ Camila Miranda considerou a preocupação por parte da ditadura militar em centralizar as decisões do planejamento econômico, deixando clara a sua intenção de fortalecer as empresas privadas. Naquele contexto, cabia “[...] ao Estado definir os setores prioritários de investimento, fiscalizar, regulamentar e promover as condições de modernização. Ou seja, busca-se o fortalecimento do capitalismo e de empresas privadas, a partir do desenvolvimento guiado e tutelado pelos militares”.¹⁵

Ao analisar os projetos de desenvolvimento para a Amazônia, Iane Batista desvelou a noção de natureza expressa pelos diferentes governos em suas ações na região. Grosso modo, revela uma noção bastante rudimentar do complexo ecossistema da região e a desconsideração dos povos assentados desde tempos imemoriais. Ao tomar a Amazônia como selvagem e um grande “vazio demográfico”, os planos governamentais e empresariais não estimaram as especificidades ecossistêmicas e humanas da região com uma das maiores sociobiodiversidades do planeta:

A incorporação de extensas áreas amazônicas ao mercado de terras desconsiderava as formas preexistentes de posse. Com efeito, a maior parte das terras demandadas por grupos econômicos já estavam ocupadas por povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e/ou castanheiros e pequenos camponeses. Não constituíam, portanto, espaços vazios, tal como se apregoava nos discursos oficiais. A existência dessa diversidade social regional, associada ao fluxo de pequenos migrantes continuamente deslocados em busca de terras, atraídos pelo acesso aberto à região pelas estradas, gerou

¹⁴ GOMES, Eduardo. *Projetos de Desenvolvimento na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari (1964-2014)*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFAM – Universidade Federal do Amazonas, 2015.

¹⁵ MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia: desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – UFAM, Manaus, 2018, p. 105.



diversos desdobramentos sociais, em especial no que tange ao acesso e a posse da terra, geralmente marcados por conflitos¹⁶

A partir deste contexto, as memórias do colaborador da pesquisa se apresentam como testemunhos singulares dos eventos durante a ditadura militar na Amazônia. Vivenciou “por dentro” os fenômenos caracterizados pelos pesquisadores supracitados. Apesar da vinculação institucional ao CIMI, sua autonomia de pensamento e sua militância lhe imputaram perspectivas profundas do contexto ditatorial-militar na região. Neste sentido, são memórias independentes, não-oficiais, que ora se aproximam, ora se distanciam da construção hegemônica das memórias do período em evidência.

Memórias da ditadura na Amazônia

As entrevistas foram densas, dadas as experiências no indigenismo missionário e o amplo conhecimento do colaborador. Transitaram no presente e nas décadas de 1970 e 1980, contando, em várias ocasiões, de relações do cenário político, econômico e social em dupla dimensão temporal. Os eventos mencionados analisados em perspectiva diacrônica contribuíram sobremaneira para a compreensão da historicidade dos conflitos decorrentes colonização dos territórios na Amazônia.

Como mencionado, as entrevistas, muitas vezes, demonstraram certa circularidade temporal. A linearidade cronológica não pautou as reflexões e as memórias do colaborador. Das entrevistas, destacam-se alguns temas, como por exemplo, os conflitos pela terra, a organização do movimento indígena e indigenista, as relações com a imprensa e com o aparato policial-repressivo da ditadura. Uma dimensão relevante é o fato de o colaborador não ter indicado elementos biográficos nas entrevistas, a não ser no final da segunda entrevista, quando perguntado da sua cidade de origem.

Uma das temáticas mais trabalhadas pelas pesquisas sobre ditadura militar é violência política. Na academia, na arte, no senso comum e nas memórias, a repressão é dimensão sempre presente quando se trata dos anos de chumbo. Dadas as características autoritárias do Estado brasileiro ao longo do século XX em geral e, entre 1964 e 1985, em particular, o aparato repressivo é uma das imagens predominantes do período em tela. Suspensão dos direitos políticos, censura, perseguições, prisões arbitrárias, tortura, execuções, genocídio e desaparecimento de cadáveres são feridas ainda abertas.

Na primeira entrevista, o colaborador trouxe uma importante reflexão em

¹⁶ BATISTA, Iane M. *Ambiente e sociedade nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Faculdade de História, Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2016, p. 127.



relação ao cerceamento sofrido pelos integrantes do CIMI durante aqueles anos: “[...]nesse período aí, várias pessoas do CIMI foram proibidas de entrar em terra indígena, inclusive até lá no Rio Negro em uma assembleia indígena um assessor jurídico do CIMI, jornalista, foram escoltados para fora pelo Batalhão do Exército [...] **eu também fui proibido de entrar em terra indígena** [...]”.¹⁷

Em relação a este tema, o colaborador apresentou nas entrevistas uma tese carente de aprofundamento. Dada a pressão internacional em relação à preservação da Amazônia e a defesa dos povos indígenas, o Estado autoritário precisou arrefecer seu controle ao movimento indígena e indigenista. Não que não houvesse vigilância, sabotagens e repressão, tudo indica, eram apenas mais brandas:

[...] a questão indígena era uma questão sensível para a ditadura militar por conta da questão aí, Internacional, quer dizer, a ditadura, como internacionalmente tinha uma sensibilidade em relação aos povos indígenas, então, a ditadura teria tirado um pouco, assim, a intensidade da repressão em relação a isso [...] até que nessa época muitos que militavam em outras áreas passaram a militar na questão indígena porque tinha um pouco mais de espaço, menos repressão, talvez, ainda que houvesse, mas tinha um pouco essa questão, tinha um certo espaço de atuação que se julga tenha sido porque a ditadura não queria aparecer na sua truculência relacionada aos povos indígenas por causa dessa sensibilidade internacional¹⁸

Talvez tenha sido mais branda com os missionários e com lideranças indígenas, mas a vigilância, a coerção, a retaliação, a repressão e o etnocídio foram marcas do período. Por exemplo, podemos verificar o cerceamento ao indigenismo por parte do governo na manchete d’*O Estado de São Paulo*, de 11/01/1977, *Funai dissolve encontro de 140 caciques em Roraima*, cuja matéria aborda o encerramento do encontro indígena em função de uma possível ilegalidade por ocasião da participação de integrantes do CIMI não autorizados pelo Ministério do Interior de ingressar nas áreas indígenas. Na primeira entrevista, indicou o seguinte:

¹⁷ Entrevista com Francisco Loebens realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de maio de 2021. [Grifado]

¹⁸ Entrevista com Francisco Loebens realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de maio de 2021.



[...] foram expulsos de uma assembleia indígena lá de Roraima na Raposa Serra do Sol, nessa época tinha essa vigilância [...] uma coisa assim até que a gente não tem muita certeza, mas, né?, apesar de todo esse tipo de vigilância, de boicote, assim, a sensação que eu tive é que essa questão da perseguição policial em relação a quem trabalha com a questão indígena foi menor do que quem trabalhava em outros setores [...] ¹⁹

Contudo, ao contrário, quando tratou dos Waimiri-Atroari, mencionou o possível uso de armas químicas contra aquele povo e ressaltou o número alarmante de mortes por ocasião da construção da BR-174, da Hidrelétrica de Balbina, da instalação e operação da Mineração Pitinga, além dos conflitos no entorno da Raposa Serra do Sol.

Como já indicado, o indigenista começou a atuação junto ao CIMI em 1978. Conta ter partido diretamente para as aldeias, ficando, em parte, afastado das questões administrativas do CIMI nacional e da estruturação do CIMI Regional Norte I. Naquele momento, pôde perceber o contato entre os povos indígenas e a cultura ocidental se interiorizava e estava assentado em relações assimétricas. Segundo ele, a aproximação decorrente da expansão da exploração econômica da Amazônia pode ser caracterizada da seguinte maneira:

[...] o contato, normalmente, é a desgraça deles, quer dizer a perspectiva de serem simplesmente engolidos, aí gera relações de dependência, aumenta aí os desafios em relação à questão soberania alimentar, etc., é um círculo, uma coisa desencadeia outra [...] por isso a gente tem oposição a esses..., bem firme contra os contatos forçados; o que precisa ser feito em relação a eles é garantir os seus territórios [...] ²⁰

Pode-se perceber a ênfase na defesa da autonomia e autodeterminação dos povos indígenas, o que de certa maneira pautou a atuação do CIMI desde sua fundação. Como descrito na entrevista, apesar da pauta ser indicada pelos próprios indígenas e o grande número de problemas a serem enfrentados como doenças levadas pelos não-indígenas, fome, alcoolismo, entre outros, a pauta

¹⁹ *Idem.*

²⁰ Entrevista com Francisco Loebens realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de novembro de 2021.



preponderante nas assembleias foi a luta pela posse da terra frente ao avanço da exploração econômica irrestrita. Tal proposição pode ser apreendida também em outras passagens das entrevistas. De acordo com o colaborador: “[...] nas primeiras assembleias, o que rolava em termos de debate era essa a questão, a questão da terra, de como recuperar a terra, de como garantir, a questão das invasões, da relação aí com os invasores, os outros aspectos a discussão era bem menos; a saúde, a educação aparecia, né?, mas não era o foco”.²¹

Ainda segundo o indigenista, mesmo em um cenário adverso à organização e à livre atuação política em função da ditadura militar, na segunda metade da década de 1970, começaram a surgir diferentes movimentos e instituições reivindicatórias no contexto da Anistia e a gradual abertura política. No tocante ao tema, Egon Heck, Francisco Loebens e Priscila Carvalho escreveram: “[...] esse processo de organização de enfrentamento organizado teve um grande impulso com a realização da Primeira Assembleia dos chefes indígenas, que aconteceu em Diamantino, no Mato Grosso, em abril de 1974. Rapidamente foram acontecendo assembleias regionais e nacionais, inicialmente com maior intensidade na região amazônica”.²² Já em 1979, em Manaus, houve a comemoração do Dia do Índio e os eventos propostos pela Semana do Índio da FUNAI e, por outro lado, um evento organizado pelo CIMI. Os eventos paralelos mostram indícios da tensão existente entre as diferentes perspectivas de indigenismo, bem como, a atuação política das nascentes organizações da sociedade civil. Em outro exemplo de mobilização popular, Maria do Carmo Sena Teixeira elencou cerca de 1500 pessoas, mobilizadas por diversas entidades, entre estudantes, professores, artistas e trabalhadores de diferentes categorias, reunidas em um ato público para protestar contra as empresas invasoras de terras indígenas.²³

Em uma espécie de balanço do capital político resultante da atuação do movimento indígena e indigenista, o indigenista cravou:

²¹ Entrevista com Francisco Loebens realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de novembro de 2021.

²² HECK, E., LOEBENS, F., & CARVALHO, P. D. (2005). Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estudos Avançados*, 19(53), 237-255, p. 251. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10057>

²³ TEIXEIRA, Maria do Carmo Sena. *Igreja Católica e ação indigenista na Amazônia contemporânea: o CIMI (1972-2000)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2008.



[...] foi o que dava para fazer na época, né? que era justamente chamar a atenção, que felizmente teve no conjunto da sociedade brasileira uma repercussão, **[palavra incompreensível]** de criar uma sensibilidade, debates públicos foram acontecendo em relação a isso, criando uma força política em relação à proteção dos territórios, importância ainda que os governos não estivessem muito afim, né? e foram sendo pressionados a tomar medidas [...] ²⁴

Mesmo com as limitações impostas pelo momento de autoritarismo, repressão e censura, o colaborador destacou a atuação política intransigente na defesa dos povos indígenas. Mencionou o surgimento de uma série de organizações como a Operação Anchieta – OPAN, a Articulação Nacional Indígena – ANAI, Comissão Pró-Índio e o Kukuro. Grifou o papel da imprensa para dar visibilidade às pautas indígenas, tendo em vista a ampla cobertura das atividades do CIMI, a publicação de matérias especializadas e dossiês, entre outros.

Nas duas entrevistas surgiram menções ao projeto de emancipação dos povos indígenas do final da década de 1970. O Decreto de Emancipação (1978) pretendia tornar os indígenas emancipados, cidadãos, brasileiros, trabalhadores, os afastando, desta forma, da legislação específica dos povos indígenas. Tal decreto agitou o cenário político, a imprensa e a sociedade civil naquele contexto:

[...] foi no final da década de 70, toda a mobilização, acho que uma mobilização importante, as organizações indígenas ainda não estavam constituídas, o movimento indígena bastante incipiente, né, mas a mobilização de uma série de organizações da sociedade civil contra aquele projeto de emancipação compulsória do do..., na época acho que o ministro Rangel Reis, né? [...] o governo, quer dizer então, ia fazer um decreto para dizer que esses são índios e esses não são índios, evoluíram [...] ²⁵

A proposição do Decreto da Emancipação provocou forte mobilização por parte de diferentes instituições da sociedade civil naquele ano. Em termos gerais, buscava mudar o estatuto dos povos indígenas, tendo em vista a sua inserção na

²⁴ Entrevista com Francisco Loebens realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de novembro de 2021.

²⁵ *Idem.*



lógica de trabalho ocidental. Apartir da análise do projeto e segundo as críticas recorrentes na imprensa, pode-se entrever uma proposta com vistas a transformar os nativos em colonos, aos moldes dos trabalhadores rurais não-indígenas do litoral. Por esse motivo, como indicou o indigenista e a partir das matérias de jornais da época, pode-se afirmar ter como desdobramento o esbulho dos territórios imemorialmente ocupados. Dadas as limitações deste artigo, não há a possibilidade de aprofundar o assunto e, por este motivo, são relacionadas apenas algumas manchetes de jornais de grande circulação. Fica evidente parte da atmosfera política da época: “Emancipação é genocídio”, *Folha de São Paulo*, 24/10/1978. D Tomaz acha que emancipação dos índios é genocídio, *Jornal do Brasil*, 24/10/1978. Aumentam protestos contra emancipação, *O Estado de São Paulo*, 24/10/1978. Cimi denuncia emancipação do índio como decreto de legalização do genocídio, *Jornal do Brasil*, 01/11/1978. CIMI afirma a ilegalidade da emancipação, *Jornal de Brasília*, 02/11/1978. Antropólogos, religiosos juristas e indigenistas condenam Projeto de Emancipação dos Índios, *A Crítica*, 05/12/1978. “Presidente, rasgue a emancipação”, *Folha de São Paulo*, 20/12/1978. Xavantes são contra emancipação, *Jornal do Brasil*, 11/12/1978. Padre critica decreto de Emancipação do Índio, *O Globo*, 12/12/1978. Índios vão a Brasília mas não falam com o presidente, *O Estado de São Paulo*, 20/12/1978.

Vale lembrar, na década de 1970, foram recorrentes as propostas de exploração econômica em regiões sobrepostas às áreas indígenas, sob as diretrizes do I e do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Nestas, estavam previstas a exploração vegetal, mineral e hidrológica dos territórios ocupados por indígenas. Muitas experiências recorreram à exploração da mão-de-obra dos nativos e se mostraram desastrosas, dadas as relações assimétricas e abuso do poder econômico por parte dos empresários e do governo:

[...] a ideia, na verdade, era meio que tirar o direito territorial né?, quer dizer, aqueles índios que falassem português e tal, esses não seriam mais índios e não teriam mais esse direito à terra, esse era o objetivo maior e, infelizmente, mesmo com o que se conseguiu fazer na época eles passaram por cima [...] inclusive tem relatos indígenas falando que de avião jogaram pó branco e todos da aldeia morreram, então, inclusive, talvez,



até arma química tenham usado contra os Waimiri-Atroari, né? [...]”²⁶

A disputa pelos territórios teve diferentes escalas e perspectivas. No caso dos Waimiri-Atroari, tiveram suas terras ocupadas pela construção de uma rodovia, a BR-174, projetos de mineração de cassiterita, a inundação de 1/3 do território (inclusive, duas aldeias) pelo lago da Hidrelétrica de Balbina e, ainda, o desrespeito à ocupação histórica quando da demarcação de suas terras. Não em vão este povo esteve próximo ao desaparecimento na década de 1980, em função do genocídio decorrente dos processos de ocupação dos seus territórios e a desestruturação de suas relações sociais e atividades econômicas pautadas na subsistência. Ao encontro da afirmação por parte do colaborador da possível utilização de armas químicas pelas Forças Armadas contra os Waimiri-Atroari, a partir do projeto de educação desenvolvido por Egidio Schwade e Doroti Schwade, foram desveladas indagações elaboradas pelos indígenas com relação às motivações dos assassinatos sistemáticos. Tais questionamentos foram publicados no Relatório da Comissão Estadual da Verdade/AM em 2012 e incorporados ao material do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em 10 de dezembro de 2014: “Por que kamña (civilizado) matou Kiña (Waimiri-Atroari)?” “O que é que kamña jogou do avião e matou Kiña?” Kamña jogou kawuni (de cima, de avião), igual a pó que queimou a garganta e Kiña logo morreu”.²⁷

Considerações finais

Os resultados parciais da pesquisa apontam para um manancial ainda a ser descoberto. Além da vasta documentação disponível, existe a possibilidade de entrevistar outras lideranças do movimento indigenista e do indígena.

O levantamento da documentação até o presente momento e as entrevistas realizadas demarcaram a amplitude e a complexidade do tema. Há muito por

²⁶ Entrevista com Francisco Loebens realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de novembro de 2021.

²⁷ RELATÓRIO do Comitê Estadual da Verdade: o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari. Manaus, 2012, p. 08.



explorar nesta temática. Como apontado ao longo do texto, algumas pesquisas estão em andamento e ainda puderam caracterizar detalhadamente o cenário da ditadura militar na Amazônia.

As temáticas elaboradas ao longo do texto contam com substancial conjunto de documentos escritos para aprofundar a análise das entrevistas e garantir a densidade da produção da narrativa historiográfica. Em linhas gerais, as entrevistas e a documentação escrita permitem verificar os conflitos decorrentes da interiorização da colonização do Brasil; compreender os elementos característicos da “modernização” da região e o choque cultural com as populações historicamente assentadas; além disso, desvela a repercussão nacional e internacional das questões ambientais e indígenas a partir da década de 1970, face à conjuntura de certa preocupação internacional em relação aos limites do crescimento econômico e os impactos ambientais decorrentes das atividades ilimitadas e intensificadas com a industrialização ao longo do último século e meio.

Data de submissão: 13/11/2024

Data de aceite: 02/04/2025

Referências e fontes

Fontes orais

Entrevista com Francisco Loebens realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de maio de 2021.

Entrevista com Francisco Loebens realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de novembro de 2021.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. *Os anos de chumbo: memória da guerrilha*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.); ABREU, Alzira Alves de [et al]. *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ARAUJO, Maria Paula, “Uma história oral da anistia no Brasil: Memória, testemunho e superação”. In: ARAUJO, MONTENEGRO & RODEGHERO (Orgs), “Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil”. Recife, Editora da UFPE, 2012.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.



ARTIÉRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. In: Arquivos pessoais, Revista Estudos Históricas. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), v. 11, n. 21, p. 9-34. 1998.

BAINES, Stephen G. *Museu Emilio Goeldi*. In: Comitê Estadual da Verdade do Amazonas. 2014.

_____. *Censuras e memórias da pacificação Waimiri-Atroari*, Série Antropologia, Brasília, 1993 b, vol. 148, UnB.

_____. *Imagens de lideranças indígenas e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinashidrelétricas na Amazônia*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2000, V. 43 nº 2.

BARBOSA, M. *Por uma história cultural da imprensa brasileira*. Lumina, Lumina - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF [S. l.], v. 2, n. 1, 2008.

_____. *Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa*. INTERCOM – RBCC. São Paulo, v.41, n.2, p.21-36, mai./ago. 2018.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004.

BEZERRA, Cleber de Lima. *A imprensa amazonense: dos preparativos do golpe à instituição do AI-5(1963-1968)*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: PPGH/UFAM, 2010.

BIGIO, Elias dos Santos. *A ação indigenista brasileira sob influência militar e da Nova República (1967-1990)*. Revista de Estudos e Pesquisas FUNAI, Brasília, v. 4, n. 2, p. 13-93, dez. 2007.

CARVALHO, José P. F. de. *Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada*. Brasília: 1982. CIMI. 2000 *Waimiri-Atroari desaparecidos durante a ditadura militar* – 3. Entrevista com Egydio Schwade. 2011, p. 1.

Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=5552>.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Violação dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas*. Textos temáticos. Volume II. Dezembro de 2014. p. 198- 256.

COMITÊ, Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas. *A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari*. Relatório do Comitê



Estadual de Direito à Memória e à Justiça do Amazonas. Campinas: Curt Nimuendajú, 2014.

CONGILIO Célia R.; IKEDA Joyce C. *A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense*. Lutas Sociais - Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP. V. 18, nº. 32. São Paulo, 2014.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiênciademocrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* (Livro 3). Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta Moraes. *Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil*.Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n.1, p.19-30, 1998.

_____. *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In Ferreira, Jorge, Neves, Lucilia de Almeida (Orgs.). *O Brasil republicano. Livro 4: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro:Record, 2004.

_____. *A ditadura documentada*. Acervo. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul./dez. 2008a.

FONTES, E. J. *O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e memórias*. OPSIS, 14(1), 340–360, Catalão/GO, 2014.

GOMES, Eduardo. *No rastro da tragédia: projetos desenvolvimentistas na terra indígena Waimiri- Atroari*. Tessituras, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 293-314, jul./dez. 2014.



_____. *Projetos de Desenvolvimento na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari (1964-2014)*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFAM – Universidade Federal do Amazonas, 2015.

_____. *A Amazônia e o plano de integração nacional: os projetos de expansão e o avanço do capital nas sociedades tradicionais*. Revista Tempo Amazônico – V. 3, Nº 2, p. 136-152, jan-jul 2016.

_____. *A escrita Waimiri-Atroari, uma etnografia da etnologia indígena: memórias e construção social da resistência*. Muiraquitã: Revista De Letras E Humanidades, 4(1), 2016.

_____. *Egydio Schwade: Um intelectual à serviço dos índios*. Canoa Do Tempo, 10(1), 176-197. Manaus, 2018.

_____. *A nova história indígena: um olhar atemporal*. Revista Manduarisawa, Manaus, vol. 3, nº 01, 2019

_____. *A verdade revelada: índios, militares e a BR 174, uma cartografia dos cemitérios indígenas Waimiri-Atroari*. In: SAMPAIO, Paula Faustino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.) Povos Indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020
HECK, E; LOEBENS, F; CARVALHO, P. *Amazônia indígena: conquistas e desafios*. EstudosAvançados, 19 (53), 2005.

LEAL, C. B. P. *A Ditadura Militar contada através das memórias*. In: XIII Nacional de História Oral, 2016, Porto Alegre. Anais do XIII Nacional de História Oral, 2016.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*. 2018. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p.3-15, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

RELATÓRIO do Comitê Estadual da Verdade: o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari. Manaus, 2012.



SACRAMENTO, Elias Diniz. *Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história* Revista Moara – Estudos Literários. Edição 44 – Jul - Dez 2015.

TEIXEIRA, Maria do Carmo Sena. *Igreja Católica e ação indigenista na Amazônia contemporânea: o CIMI (1972-2000)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2008

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Revista Mundos do Trabalho. v. 8, p. 49-65, 2016.

_____. *Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964* In: Utopia e Repressão: 1968 no Brasil. 1 ed., Salvador: Editora Sagga, 2018.

_____. *O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho*. Antíteses, Londrina, v. 11, n. 22, p. 542-562, jan-jul. 2019.

_____. *A Casa do Trabalhador do Amazonas: o quartel general dos trabalhadores da terra cabocla (1944-1964)*. In: SPERANZA, Clarice. História do Trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas. Jundiá: Paco Editorial, 2019b.

_____. *Papagaio que está trocando as penas não fala*: Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do Golpe de 1964. História – UNISINOS. v. 23, n. 1 (2019c): Janeiro/Abril.

_____. *“Amazônia em Armas”*: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. Revista Labirinto. v. 31, 2020. , n. 4, p. 89-102, jun. 1985.

QUEIROZ, Thiago Rocha. *O Humoral: humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1974)*. 2013. 165f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. ROLLEMBERG, Denise.

Entre raízes e radares, o exílio brasileiro (1964-1979). XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Roraima: uma historiografia em construção*. Esboços. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. V. 12 n. 14. 2005.

_____. *Ditadura Militar, Povos Indígenas e a Igreja Católica na Amazônia*. Ed. Valer, 2019.

